

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. ("Paracatu III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Paracatu III é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Paracatu III, com capacidade instalada de 33,0 MW e garantia física de 8,5 MWm, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 49,9 GWh, desempenho 6,6% superior à observada em 2024, que foi de 46,8 GWh.

O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, em 2025 atingiu 92,67%, 12,35 p.p. superior ao obtido em 2024, de 80,32%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	22.298	23.901	(1.603)	(6,7)
Lucro bruto	2.641	7.617	(4.976)	(65,3)
Resultado do serviço (Ebit)	831	11.130	(10.299)	(92,5)
Ebitda (Lajida) ¹	8.461	17.854	(9.393)	(52,6)
Resultado financeiro	(8.130)	(9.248)	1.118	(12,1)
Prejuízo do exercício	(9.653)	(1.535)	(8.118)	528,9

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução está relacionada ao decréscimo da indenização de seguros, decorrente do sinistro que afetou os ativos da empresa em 2023, o efeito negativo foi parcialmente compensado pelo acréscimo do faturamento de energia com distribuidoras.

Ebitda e Ebit: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita líquida, bem como, pelo aumento nos custos da energia vendida.

Prejuízo do exercício: a variação é motivada pelos efeitos anteriormente citados e, pelo respectivo reflexo no imposto de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.036	5.448
Contas a receber de clientes	5	3.060	2.981
Títulos e valores mobiliários	6	25.474	-
Valores a receber de partes relacionadas		31	-
Outros ativos circulantes		2.017	15.540
		38.618	23.969
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	-	22.163
Depósitos vinculados	7	3.946	3.885
Outros ativos não circulantes		3.253	3.079
		7.199	29.127
Imobilizado	8	221.663	169.933
Intangível		3.247	3.390
		232.109	202.450
TOTAL		270.727	226.419
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	8.029	8.310
Financiamentos	11	9.615	9.202
Ressarcimentos às distribuidoras	13	16.275	16.072
Outros passivos circulantes		1.283	1.950
		35.202	35.534
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.544	6.168
Financiamentos	11	110.754	114.907
Provisão para desmobilização	8	6.087	3.642
Outros passivos não circulantes		6.518	6.786
		129.903	131.503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	126.326	70.433
Prejuízos acumulados		(20.704)	(11.051)
		105.622	59.382
TOTAL		270.727	226.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	22.298	23.901
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(7.630)	(6.724)
Indenização a terceiros		(3.283)	-
Serviços de terceiros		(3.186)	(3.688)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.898)	(1.460)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(65)	(39)
Energia elétrica comprada		-	(1.695)
Outros		(2.595)	(2.678)
		(19.657)	(16.284)
LUCRO BRUTO		2.641	7.617
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(206)	(168)
Reversão de <i>Impairment</i>		-	14.904
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.604)	(11.223)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		831	11.130
Resultado financeiro			
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	3.311	1.163
Renda de depósitos vinculados		537	420
Renda de aplicações financeiras		451	2.039
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	(11.533)	(12.069)
Juros sobre fornecedores		(673)	(559)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(162)	(165)
Outras despesas financeiras, líquidas		(61)	(77)
		(8.130)	(9.248)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(7.299)	1.882
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Corrente		(2.354)	(3.417)
		(2.354)	(3.417)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(9.653)	(1.535)
RESULTADO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,08)	(0,02)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(9.653)	(1.535)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(9.653)	(1.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.514/0001-01| NIRE N° 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

		Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	Nota			
Saldos em 31.12.2023		70.063	(9.516)	60.547
Aumento de capital		370	-	370
Prejuízo do exercício		-	(1.535)	(1.535)
Saldos em 31.12.2024	12	70.433	(11.051)	59.382
Aumento de capital		55.893	-	55.893
Prejuízo do exercício		-	(9.653)	(9.653)
Saldos em 31.12.2025	12	126.326	(20.704)	105.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(7.299)	1.882
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	7.630	6.724
Juros e variação monetária sobre financiamento	11.533	12.069
Baixa de ativo imobilizado	1.657	11.301
Juros sobre fornecedores	673	559
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	162	165
Reversão de <i>Impairment</i>	-	(14.904)
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(3.311)	(1.163)
Renda de depósitos vinculados	(537)	(420)
Indenização de seguros	178	(4.804)
Outros	248	37
Resultado antes dos tributos ajustado	10.934	11.446
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(79)	(183)
Valores a receber de partes relacionadas	(31)	-
Outros ativos	12.777	14.769
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(911)	5.065
Ressarcimentos às distribuidoras	203	8.078
Outros passivos	(692)	(120)
Caixa gerado nas operações	22.201	39.055
Pagamentos de juros sobre financiamentos	(5.979)	(6.139)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.170)	(8.557)
Caixa líquido das atividades operacionais	14.052	24.359
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	(21.000)
Aplicação no imobilizado e no intangível	(58.539)	(30.353)
Caixa líquido das atividades de investimento	(58.539)	(51.353)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	55.893	370
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	476	742
Pagamento de financiamentos	(9.224)	(8.776)
Custo de transação de financiamentos	(70)	(117)
Caixa líquido das atividades de financiamento	47.075	(7.781)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.588	(34.775)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	5.448	40.223
Saldo final	8.036	5.448
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.588	(34.775)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. (“Paracatu III” ou “Companhia”), com sede no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 26.11.2015, sendo constituída, inicialmente, com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3o de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar. A Companhia detém autorização para explorar a Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3 (“Usina”), e possui capacidade instalada de 33 MW¹ e garantia física de 8,5 MW médios. Em 09.01.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26 de abril de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Paracatu, com participação de 25,00%. O Consórcio Paracatu é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16.04.2026.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

c) Continuidade operacional

Apesar de a Administração reconhecer a existência de indicadores negativos, conclui-se, que não há incertezas materiais que comprometam o pressuposto de continuidade operacional. Tal conclusão apoia-se, sobretudo, na disponibilidade de suporte financeiro por parte da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., que demonstra capacidade e compromisso em prover os recursos necessários para atender às obrigações e manter a regularidade das operações de suas controladas.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Título e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais a administração acredita refletirem a vida útil estimada dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado (*Impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no regime de tributação do lucro presumido, de acordo com as bases tributárias determinadas pela legislação fiscal vigente, considerando as normas e as alíquotas aplicáveis na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

I) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.219	3.907
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	5.817	1.541
	8.036	5.448

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.060 (R\$ 2.981 em 31.12.2024) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 21.000. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	21.000
Juros ¹	1.163
Saldos em 31.12.2024	22.163
Juros ¹	3.311
Saldos em 31.12.2025	25.474
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	25.474
	25.474

(1) As informações apresentadas são brutas de PIS e Cofins.

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento					Saldos em 31.12.2025
	Quantidade	Remuneração	Vencimento	Principal	Juros	
12ª Emissão Série 4	21.000	CDI +0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026	25.474

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.946 (R\$ 3.885 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,1%	1.217	(296)	921	873
Máquinas e equipamentos	3,9%	195.154	(38.809)	156.345	155.020
Veículos	14,3%	12	(3)	9	11
Direito de uso de arrendamentos	3,0%	7.690	(970)	6.720	6.433
Outros	6,2%	37	(3)	34	8
		204.110	(40.081)	164.029	162.345
Em curso		57.634	-	57.634	7.588
		261.744	(40.081)	221.663	169.933

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	917	133.659	3	5.477	605	140.661
Ingressos	-	-	-	-	30.531	30.531
Remensuração	-	-	-	1.142	-	1.142
Desmobilização	-	425	-	-	-	425
Reversão <i>Impairment</i>	-	14.904	-	-	-	14.904
Transferências	-	23.531	17	-	(23.548)	-
Baixas	-	(11.301)	-	-	-	(11.301)
Depreciação	(44)	(6.198)	(1)	(186)	-	(6.429)
Saldos em 31.12.2024	873	155.020	19	6.433	7.588	169.933
Ingressos	-	-	-	-	58.441	58.441
Remensuração	-	-	-	512	-	512
Desmobilização	-	2.002	-	-	-	2.002
Reversão de estimativas ¹	-	-	-	-	(81)	(81)
Transferências	95	8.192	27	-	(8.314)	-
Baixas	-	(1.657)	-	-	-	(1.657)
Depreciação	(47)	(7.212)	(3)	(225)	-	(7.487)
Saldos em 31.12.2025	921	156.345	43	6.720	57.634	221.663

(1) Baixa de estimativa de desembolso futuro por não utilização dos valores provisionados relacionados ao sinistro.

c) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 2023 foi reconhecido um *impairment* de R\$ 14.904 em decorrência de *trackers* e módulos fotovoltaicos sinistrados nos quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Em 2024, com a finalização da apuração dos ativos sinistrados e o reconhecimento da devida baixa, foi registrada a reversão da perda por *impairment* no mesmo valor. Maiores detalhes, vide Nota 16 – Seguros.

d) Provisão para desmobilização

Em 2022, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 5,70%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 6.087 (R\$ 3.642 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 162 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 165 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 2.002 em por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (R\$ 425 em 31.12.2024).

e) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3, com capacidade instalada de 33 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2016.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	7.580	7.133
Fornecedores	6.993	7.167
Fornecedores Imobilizado	-	178
	14.573	14.478
Passivo circulante	8.029	8.310
Passivo não circulante	6.544	6.168
	14.573	14.478

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Varição	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%^1$	Administração
IPCA	31.12.2025	31.12.2026			
	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos). As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	120.369	(262)	(1.033)	(50)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	120.369	124.109
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.946)	(3.885)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.036)	(5.448)
Dívida líquida	108.387	114.776
Patrimônio líquido	105.622	59.382
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,0	1,9

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	8.029	1.517	2.086	16.874	28.506	14.573
Financiamentos	14.969	28.642	26.804	87.575	157.990	120.369
	22.998	30.159	28.890	104.449	186.496	134.942

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	5.817	1.541
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.219	3.907
Contas a receber de clientes	3.060	2.981
Valores a receber de partes relacionadas	31	-
Títulos e valores mobiliários	-	22.163
Depósitos vinculados	3.946	3.885
	15.073	34.477
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	14.573	14.478
Ressarcimentos às distribuidoras	16.275	16.072
Financiamentos	120.369	124.109
	151.217	154.659

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTOS

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	127.072
Custo de transação de financiamentos	(117)
Juros e variação monetária	12.069
Amortização do principal	(8.776)
Amortização de juros	(6.139)
Saldos em 31.12.2024	124.109
Custo de transação de financiamentos	(70)
Juros e variação monetária	11.533
Amortização do principal	(9.224)
Amortização de juros	(5.979)
Saldos em 31.12.2025	120.369
Passivo circulante	9.615
Passivo não circulante	110.754
	120.369

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	9.359
2028	9.359
2029	9.359
2030	9.359
2031	9.359
2032 a 2036	46.797
2037 a 2038	17.162
	110.754

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,97% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	120.369

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

A Companhia não atingiu os limites mínimos do ICSD estabelecidos em seu contrato de financiamento com o BNDES no exercício findo em 31.12.2025. Contudo, o BNDES formalizou, previamente às medições, que o descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado dos financiamentos.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R\$ 126.326 (R\$ 70.433 em 31.12.2024), representado por 126.326.288 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, (70.432.596 em 31.12.2024) das quais 126.326.288 pertencem à controladora ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Administração da Companhia não destinou dividendos devido a apuração de prejuízo nos exercícios.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	22.571	19.812
Indenização de seguros	(178)	4.174
Outras receitas	729	638
	23.122	24.624
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(824)	(723)
	22.298	23.901

Em 2025, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 196 (R\$ 12.030 em 31.12.2024), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2025, apresentava saldos de R\$ 16.275 no passivo circulante (R\$ 16.072 em 31.12.2024).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados a seguir:

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	<p>Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.</p> <p>Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.</p> <p>Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.</p>

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	22.571	22.571	19.812	19.812
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.806	2.709	1.585	2.377
Receita financeira	4.347	4.347	3.633	3.633
Indenização de seguros	(178)	(178)	4.174	4.174
Outros	781	781	518	518
Base de cálculo	6.756	7.659	9.910	10.702
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.013)	(689)	(1.487)	(963)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(652)	-	(967)	-
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(1.665)	(689)	(2.454)	(963)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 26.349.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 11.187.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2025, era de R\$ 452.728.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Paracatu participa da referida apólice no montante de R\$ 543.960 para danos materiais e R\$ 245.185 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

Indenização de seguros

Foram reconhecidos em 2023 e em 2024 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	(178)	4.174
Custos operacionais	-	630
	(178)	4.804

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Sociedade mantém contrato com a sua controladora ENGIE, vigente a partir de 01.01.2024, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Aquisição de títulos e valores mobiliários

A Companhia adquiriu debêntures, emitidos pela sua controladora indireta ENGIE. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos estão apresentados na Nota 6 – Títulos e Valores Mobiliários.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado
Diretora Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo
Contador - CRC SC-038020/O-8



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O